



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

MOÇÃO Nº 116/2019

Senhores Vereadores:

O mercado de energia solar no Brasil vem crescendo pela adesão de consumidores que vêm vantagens há longo prazo, com a implementação do sistema de energia limpa. Porém, a Agência Nacional de Energia Elétrica pode frustrar muitos interessados na adoção desse sistema em breve. Isso porque a ANEEL está propondo uma nova taxa sobre o valor dessa energia.

Hoje o que acontece é que a produção dela injeta nas redes elétricas uma quantidade de energia que então gera créditos na proporção de quase 100% para a fatura mensal do consumidor. Muito em breve isso poderá mudar.

A nova medida em estudos visa reduzir essa compensação em créditos para apenas 68%, ou seja, seria como criar uma taxa de até 32% em cima dessa produção, diminuindo ainda mais as vantagens dessa adoção que já prevê um investimento inicial alto e que se paga com os anos. Se a medida for confirmada isso significará desincentivo a esse nicho de mercado.

O grande ponto de preocupação é que a redução no valor do crédito proposto é grande, em um cenário de curto prazo. Traz uma mudança e um impacto muito grande para a atratividade das instalações e dos projetos.

Mesmo com a adoção de um período de transição, até 2030, para quem fizer as instalações dos painéis solares antes da mudança na regra, a medida é muito ruim para quem investiu nas instalações na expectativa de retorno levando em conta prazo maior. Do ponto de vista de segurança jurídica e regulatória, é uma péssima mudança.

No Brasil, atualmente, há um grande projeto para a criação de um sistema de compartilhamento de energia baseado em blockchain. Com aprovação da própria Anaeel, a fornecedora EDP está desenvolvendo um sistema 'beta' para o novo serviço. O projeto, criado em parceria com a startup austríaca Riddle & Code, está em fase de desenvolvimento envolvendo diferentes tipos de utilizadores. Trata-se de um equipamento criptográfico que é anexado aos contadores domésticos de energia para medir o consumo de cada utilizador, facilitando as transações e os cálculos para cobrança e tributação sem a necessidade de instalação de um contador inteligente. Assim, seria possível determinar com segurança gastos excedentes de energia ou descontos na fatura. Entretanto, a medida proposta poderia tornar este mercado menos atraente, devido à criação de novos impostos e o alto custo para instalação de painéis solares.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Diante do exposto, apresento à Mesa, dispensadas as formalidades de praxe e ouvido o plenário, **Moção de Apelo à ANAEEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica para que não apresente proposta de criação de taxa sobre o valor da energia solar, uma vez que essa atitude será extremamente prejudicial à todos os cidadãos brasileiros que optaram pela energia solar, como forma de economia financeira. Não faz sentido algum a criação dessa taxa.**

Havendo a aprovação desta Moção, seja a mesma encaminhada para a ANAEEEL - Agência Nacional de Energia, bem como, para o Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Bolsonaro.

Secretaria da Câmara Municipal, 07 de novembro de 2019.

As.) **VEREADOR ALFREDO CHIAVEGATO NETO**

Cópia conforme o original apresentado em Sessão Ordinária de 12 de novembro corrente.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 13 de novembro de 2019

VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente